

Entre a aliança e a cruz: Edith Stein como chave interpretativa da *Nostra Aetate*

Between the Covenant and the Cross: Edith Stein as a Hermeneutical Key to Nostra Aetate

Rafael Henrique da Costa
Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC - Paraná) - Brasil

Resumo

Este artigo examina a trajetória religiosa e intelectual de Edith Stein (1891-1942), filósofa judia convertida ao catolicismo e carmelita descalça, como chave hermenêutica para a compreensão da declaração *Nostra Aetate* (1965). O objetivo central consiste em demonstrar como a vida e a obra de Stein oferecem uma interpretação existencial das três afirmações teológicas centrais do documento conciliar: a continuidade espiritual da Igreja com Israel, o repúdio a todo antissemitismo e o compromisso com o diálogo entre judeus e cristãos. A metodologia adotada é de natureza teórico-analítica, baseada em pesquisa bibliográfica interdisciplinar que conjuga fenomenologia, teologia sistemática e hermenêutica histórica. O percurso analítico contempla a formação judaica de Stein, sua busca filosófica pela verdade, a conversão ao catolicismo, o conflito filial com sua mãe, a maturidade carmelita e o martírio em Auschwitz. Como eixo interpretativo, propõe-se a categoria de identidade de aliança, capaz de articular a fidelidade de Stein às suas raízes judaicas e sua plena adesão à fé cristã. Conclui-se que sua memória constitui um comentário vivo da *Nostra Aetate*, convocando a Igreja contemporânea a reafirmar a reverência às origens bíblicas, a condenação do antijudaísmo e a promoção do diálogo reconciliador.

Palavras-chave

Edith Stein.
Nostra Aetate.
Identidade de aliança.
Judaísmo.
Cristianismo.

Abstract

This article examines the religious and intellectual journey of Edith Stein (1891-1942), a Jewish philosopher who converted to Catholicism and became a Discalced Carmelite, as a hermeneutical key for understanding the declaration *Nostra Aetate* (1965). The central objective is to demonstrate how Stein's life and work provide an existential interpretation of the three theological affirmations of the conciliar document: the spiritual continuity of the Church with Israel, the radical repudiation of all forms of antisemitism, and the commitment to dialogue between Jews and Christians. The methodology is theoretical-analytical, based on interdisciplinary bibliographic research that integrates phenomenology, systematic theology, and historical hermeneutics. The analysis follows Stein's Jewish upbringing, her philosophical search for truth, her conversion to Catholicism, the filial conflict with her mother, her Carmelite maturity, and her martyrdom in Auschwitz. As an interpretative axis, the category of "covenant identity" is proposed, capable of articulating Stein's fidelity to her Jewish roots with her full adherence to the Christian faith. It concludes that her memory constitutes a "living commentary" on *Nostra Aetate*, summoning the contemporary Church to reaffirm reverence for its biblical origins, the condemnation of anti-Judaism, and the promotion of reconciliatory dialogue.

Keywords

Edith Stein.
Nostra Aetate.
 Covenant
 Identity.
 Judaism.
 Christianity.

Introdução

A promulgação da declaração *Nostra Aetate* pelo Concílio Vaticano II, em 28 de outubro de 1965, marcou um ponto de inflexão na história das relações da Igreja Católica com as religiões não cristãs, em especial com o judaísmo. O n. 4 do documento introduziu uma mudança decisiva ao afirmar que a Igreja reconhece que, segundo o mistério salvífico de Deus, as origens da sua fé e da sua eleição já se encontram nos patriarcas, em Moisés e nos profetas, portanto, existe um vínculo espiritual indissolúvel entre cristãos e judeus. Além disso, o texto repudiou explicitamente toda forma de antissemitismo, condenando as hostilidades e perseguições que, ao longo da história, feriram gravemente a dignidade do povo judeu.

Nesse horizonte, Edith Stein, filósofa judia, discípula de Edmund Husserl, convertida ao catolicismo em 1922, carmelita descalça sob o nome Teresa Benedita da Cruz e morta em Auschwitz em 1942, emerge como uma figura paradigmática. Embora não seja mencionada no texto conciliar, sua biografia e sua obra constituem uma chave interpretativa do núcleo de *Nostra Aetate*: continuidade com Israel, repúdio ao antissemitismo e compromisso de

reconciliação. Stein viveu, em sua própria carne, o entrelaçamento da herança judaica e da fé católica, sem negar a primeira nem reduzir a segunda, unificando-as numa identidade que se pode chamar de aliança.

Este artigo pretende desenvolver a hipótese de que Edith Stein é um “comentário encarnado” de *Nostra Aetate*. Sua vida testemunha que a conversão não significa ruptura com Israel, mas integração em fidelidade à origem; que o antissemitismo não é apenas um erro histórico, mas um pecado que grita ao céu, e que o diálogo e a reconciliação não são gestos diplomáticos, mas atitudes espirituais radicadas no amor à verdade e na caridade cruciforme.

Gênese da *Nostra Aetate* à luz da experiência de Edith Stein

A elaboração da *Nostra Aetate* foi motivada diretamente pela necessidade de a Igreja enfrentar suas responsabilidades históricas diante do antissemitismo e da ruptura com o povo judeu. Como observa John O'Malley, foi o horror do Holocausto que levou os padres conciliares a perceberem que o silêncio da Igreja diante da perseguição dos judeus era insustentável (O'Malley, 2008, p. 235).

O pós-guerra europeu exigiu da Igreja uma profunda revisão de seus vínculos históricos com o antijudaísmo, frequentemente alimentado por leituras teológicas que viam o povo judeu como rejeitado por Deus. A tragédia do Holocausto não apenas escancarou o fracasso das ideologias seculares, mas também evidenciou a cumplicidade, ativa ou passiva, de diversas instituições, incluindo a Igreja. A consciência desse fato gerou um forte impulso de autocrítica, especialmente por parte de figuras como o Papa João XXIII, que, sensibilizado pela violência nazista contra os judeus, estimulou o Concílio a iniciar um novo caminho de reconciliação.

Edith Stein é, nesse contexto, mais do que uma vítima simbólica: é uma testemunha que encarna o fracasso do diálogo e a urgência de sua reconstrução. Sua origem judaica, sua conversão ao cristianismo e sua morte como judia batizada denunciam a fragilidade de uma eclesiologia fechada, que demorou a reconhecer a continuidade entre Israel e a Igreja. A *Nostra Aetate* surge, assim, como um ato de arrependimento e abertura, afirma que

a Igreja, ao recordar o patrimônio comum com os judeus, deplora o ódio, as perseguições e todas as manifestações de antissemitismo (NA, n. 4).

O processo de ampliação do texto para incluir outras religiões como islamismo, hinduísmo e budismo, decorre de uma visão teológica renovada: todas as tradições contêm sementes do Logos, como afirmado em *Nostra Aetate* (n. 2) e retomado por Bento XVI na exortação *Verbum Domini* (n. 117). O percurso espiritual de Edith Stein, que encontrou nas duas tradições (judaica e cristã) elementos de verdade, manifesta essa abertura do coração que precede qualquer declaração oficial.

Durante os trabalhos conciliares, a redação da *Nostra Aetate* passou por várias etapas. Originalmente, o documento era pensado apenas para tratar das relações com os judeus. A intervenção do cardeal Augustin Bea e do Secretariado para a Unidade dos Cristãos foi decisiva para ampliar o escopo do texto, incluindo também as demais religiões. Essa ampliação refletia um duplo movimento: de um lado, a urgência histórica de reparar a relação com o judaísmo; de outro, a consciência teológica de que o Espírito de Deus atua além das fronteiras visíveis da Igreja.

Como afirma Bento XVI, retomando a *Nostra Aetate*, a Igreja reconhece tudo aquilo que de verdadeiro e de santo existe nas outras religiões como proveniente de Deus e reflexo da verdade que ilumina todos os homens (*Verbum Domini*, n. 117). Esse reconhecimento é um salto qualitativo no magistério e dialoga diretamente com a experiência espiritual de Edith Stein, cuja trajetória foi marcada por um profundo respeito às tradições religiosas e por uma abertura mística à ação de Deus no outro.

Balanco histórico do diálogo inter-religioso: avanços e desafios sob a perspectiva de Edith Stein

Desde a promulgação da *Nostra Aetate*, o diálogo inter-religioso deixou de ser um apêndice marginal na missão da Igreja e passou a integrar de maneira mais estruturada o horizonte da evangelização e da construção da paz. Contudo, este processo não foi homogêneo, nem isento de obstáculos. Os avanços teóricos e institucionais convivem com resistências, tensões doutrinárias e crises políticas que afetam sua recepção e eficácia. Edith Stein,

em sua vida e legado, ajuda-nos a compreender as luzes e sombras desse percurso.

Entre os principais marcos, destaca-se a criação do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso em 1964, pouco antes da promulgação da declaração, posteriormente fortalecido ao longo dos pontificados. Os encontros inter-religiosos de Assis, convocados por João Paulo II (1986, 1993, 2002), marcaram um novo estilo de presença pública da Igreja junto a outras tradições. O Papa Francisco, com gestos como o Documento sobre a Fraternidade Humana (Abu Dhabi, 2019), reafirma que o diálogo não é mera diplomacia eclesial, mas vocação evangélica.

A presença de Edith Stein neste cenário não é teórica, mas encarnada: ela viveu a tensão entre pertença, fidelidade e abertura.

A existência de Edith Stein está ligada às vicissitudes dramáticas de duas guerras mundiais e às transformações culturais e sociais a elas conexas, e não pode ser entendida sem levar em conta este fundo histórico, também porque os acontecimentos do seu tempo ela não os viveu passivamente, mas solicitaram o seu posicionamento na esfera moral e social (Ales Bello, 2018. p. 27).

Sua vida foi marcada por uma conversão que não rompeu com a ancestralidade, mas que desejou integrar e reconciliar tradições. Sua experiência mística de alteridade refletida em sua filosofia da empatia e nos escritos espirituais pode ser vista como um paradigma da escuta profunda que o diálogo inter-religioso exige.

Edith Stein: raízes judaicas e *ethos* ético-religioso

A trajetória religiosa de Edith Stein não pode ser compreendida sem referência ao húmus judaico que lhe deu origem. Nascida em 12 de outubro de 1891 em Breslau (atual Wrocław, Polônia), Stein cresceu numa família judia de forte coesão comunitária, marcada tanto pela tradição religiosa quanto pelo senso de responsabilidade ética. Sua mãe, Auguste Stein, desempenhou papel central nesse processo. Viúva precoce, pois o pai de Edith morreu quando ela tinha apenas dois anos, Auguste assumiu a administração

dos negócios da família e, ao mesmo tempo, a transmissão da fé e dos valores judaicos aos filhos.

A figura da mãe foi decisiva nesse processo. Auguste transmitia, com firmeza e sensibilidade, a convicção de que ser judeu não se reduz a práticas externas, mas implica uma responsabilidade diante de Deus e dos homens.

A senhora Stein era uma hebreia de pura estirpe, orgulhosa disso até as últimas consequências. Exemplar na observância de todos os ritos da religião, zelava severamente para que os filhos seguissem o seu exemplo. As orações eram rezadas em hebraico e todas as cerimônias do Talmude eram fielmente observadas. Consequentemente, até a alegria das crianças era moderada pela austeridade de um sacro temor a Deus (Garcia; Sciadini, 1987, p. 23).

Stein reconhece que, mesmo quando atravessou fases de ceticismo, nunca perdeu esse impulso ético herdado da mãe, que se tornaria uma espécie de bússola interior. Trata-se de um ponto relevante para a leitura posterior da *Nostra Aetate*. O documento conciliar afirma que a Igreja está espiritualmente ligada à descendência de Abraão e que não pode esquecer que recebeu a revelação do Antigo Testamento por meio daquele povo com quem Deus, por sua inefável misericórdia, se dignou celebrar a Antiga Aliança (NA, n. 4). A experiência de Stein confirma, em nível biográfico, essa convicção: a raiz judaica não desaparece na adesão ao cristianismo, mas continua como memória viva e dívida de gratidão.

Se a vida familiar lhe forneceu a matriz ética e religiosa, a juventude de Stein foi marcada também por uma fase de afastamento da prática judaica. Durante a adolescência, ela atravessou períodos de ceticismo. Contudo, esse afastamento não apagou as marcas profundas da formação inicial. Pelo contrário, a seriedade diante da busca da verdade e a exigência de honestidade intelectual, que depois encontrará ressonância na fenomenologia, são frutos diretos dessa matriz. Mesmo o seu ceticismo, poder-se-ia dizer, é herdeiro da seriedade judaica diante de Deus: não se trata de indiferença, mas de exigência de autenticidade.

Aos 13 anos, Edith Stein mostrava indícios de uma crise de puberdade. Não tinha vontade de passar à escola secundária, após a brilhante conclusão da escola feminina básica, e acatando a sugestão da compreensiva mãe, foi passar uma temporada em Hamburgo, para recobrar as forças. Lá iria auxiliar uma de suas

irmãs casadas, em sua rotina médica. Essa crise irá certamente desencadear sua perda de fé. Edith Stein costumava confessar espontaneamente ter sido atea até a idade de 21 anos e conta que, naquela época, em Hamburgo, perdeu o hábito de rezar por decisão própria, bastante consciente (Feldmann, 2001, p.13).

Assim, podemos afirmar que Edith Stein encarna, já em sua juventude, aquilo que *Nostra Aetate* chama de “comum patrimônio espiritual”. Sua vida mostra que a pertença ao judaísmo não é apagada pela adesão ao cristianismo, mas, ao contrário, constitui o solo sobre o qual a fé cristã pode florescer como plenitude, sem negar a origem. A fidelidade à raiz judaica é, em Stein, inseparável de sua resposta ao chamado de Cristo, e por isso sua biografia oferece uma chave interpretativa concreta para o n. 4 do documento conciliar.

Fenomenologia como escola do real e abertura ao absoluto

A entrada de Edith Stein na fenomenologia marca um segundo momento decisivo em sua trajetória. Formada sob a orientação de Edmund Husserl, Stein assimilou o método da *epoché* e da redução fenomenológica como exercício rigoroso de atenção ao real. Longe de ser mera técnica acadêmica, essa prática moldou nela uma disposição de olhar obediente à evidência, isto é, deixar-se interpelar pelo que se mostra, sem reduzi-lo a categorias prévias.

Esse modo de proceder teve consequências decisivas. Em primeiro lugar, fortaleceu a seriedade intelectual que já vinha de sua matriz judaica. Para Stein, não se trata de adaptar a realidade às próprias ideias, mas de submeter-se ao que se manifesta. Esse ethos do deixar-ser se tornaria, posteriormente, ponte entre filosofia e fé. Afinal, o mesmo movimento de consentimento ao fenômeno prepara a atitude de consentimento à revelação.

A grande intelectual caiu humildemente diante de outra mulher com a qual começava a se identificar. Ela, que buscava a Verdade Total, encontrava-a numa mulher que fez o impossível porque acreditava e amava. Não era o escrito que a empolgava, era a pessoa que na autobiografia aparecia inteira, com sua verdade e que lhe dava respostas que nem mestre e nem livros de filosofia lhe deram (Garcia. Sciadini, 1987, p. 34).

A conversão ao cristianismo, realizada em 1º de janeiro de 1922, não pode ser reduzida a uma ruptura brusca. Foi, antes, a culminância de um processo em que o exercício fenomenológico do consentimento à evidência encontrou, na experiência espiritual, sua forma plena: a entrega a Deus. Nesse sentido, a adesão de Stein ao cristianismo não é irracional nem fruto de entusiasmo passageiro, mas consequência de um método levado ao extremo.

Aqui se encontra outro ponto de convergência com a *Nostra Aetate*. O documento conciliar não apenas condena o antissemitismo, mas propõe uma hermenêutica de reconciliação, fundada no reconhecimento da verdade histórica e espiritual de Israel. Ora, a atitude fenomenológica de Edith Stein em acolher a realidade como se manifesta, sem distorções, é a mesma disposição exigida da Igreja no Concílio: olhar Israel não como adversário ou rival, mas como raiz viva e permanente de sua própria identidade. Assim como Stein não falsificou sua origem judaica, mas a integrou na fé católica, também a Igreja é chamada a reconhecer Israel como fonte constitutiva de sua vida (NA, n. 4).

É significativo notar que Stein nunca abandonou o rigor filosófico após a conversão. Pelo contrário, buscou integrá-lo à fé, mostrando que a obediência à verdade não anula a razão, mas a plenifica. Essa atitude responde a uma crítica frequentemente levantada contra a fé cristã: a de que seria incompatível com a racionalidade. Stein demonstra, ao contrário, que o ato de fé pode ser visto como o ápice da razão quando esta permanece fiel à sua vocação de acolher o real.

Portanto, a fase fenomenológica de Edith Stein não é apenas preparação filosófica para a conversão, mas também chave hermenêutica para compreender a *Nostra Aetate*. A mesma disposição de acolher a verdade que levou Stein a integrar judaísmo e cristianismo é pedida à Igreja na relação com Israel: não distorcer, não apagar, não reduzir, mas integrar numa relação de aliança.

Conversão e conflito com a mãe: amor filial sem duplicidade

O batismo de Edith Stein, celebrado em 1º de janeiro de 1922, representa um dos momentos mais significativos de sua trajetória. Apesar de

ser fruto de um longo processo intelectual e espiritual, a decisão não deixou de ferir profundamente as sensibilidades familiares, sobretudo de sua mãe, Auguste Stein, que permaneceu fiel à tradição judaica até o fim da vida. Para ela, a conversão da filha parecia uma deserção, uma ruptura dolorosa com a linhagem e a fé dos antepassados.

Mãe, sou católica. Entre mãe e filha não houve palavras e explicações, somente silêncio. Amor silencioso, afeto sem palavras que foi dizendo e traduzindo todos os sentimentos que se passavam no coração das duas. As duas choraram e, no choro, se compreenderam plenamente. (Sciadini, 1999, p. 23)

Esse episódio da vida de Stein ilumina, em nível pessoal, a lógica que a *Nostra Aetate* propõe em nível eclesial. O Concílio Vaticano II afirma que a Igreja está espiritualmente unida à descendência de Abraão e que não deve ensinar nada que possa favorecer o desprezo ou ódio contra os judeus (NA, n. 4). O que Stein viveu com sua mãe é, de certo modo, o que a Igreja é chamada a viver com Israel: fidelidade à própria identidade de fé cristã, mas sem violência simbólica contra a origem. O batismo não apagou sua raiz judaica; ao contrário, tornou-a uma memória ainda mais consciente e uma responsabilidade assumida.

A lição que emerge é dupla. Primeiro, a conversão de Stein não foi negação, mas integração: ao abraçar a fé católica, não renegou Israel, mas manteve a memória da origem como dívida de gratidão. Segundo, sua postura filial mostra que é possível viver a diferença religiosa sem cair na lógica de soma zero, na qual o ganho de uma fé significaria necessariamente a perda da outra. Ao contrário, em Stein vemos o testemunho de que a fidelidade à verdade pode coexistir com a lealdade afetiva e histórica às raízes.

Vida carmelitana: a cruz, a solidariedade e o repúdio ao antissemitismo

Em 1933, após anos de discernimento e amadurecimento espiritual, Edith Stein ingressou no Carmelo de Colônia, recebendo o nome de Teresa Benedita da Cruz. Longe de significar fuga do mundo, sua entrada no claustro marcou uma radicalização da solidariedade e do compromisso. Para Stein, a cruz não era um símbolo de resignação passiva, mas a forma mais plena de

caridade: lugar em que justiça e misericórdia se encontram, e onde o sofrimento humano é assumido como intercessão pela vida do mundo.

Com a ascensão do nazismo, sua consciência de pertença a Israel tornou-se ainda mais intensa. Transferida para o Carmelo de Echt, na Holanda, em 1938, Stein assumiu sua identidade de filha de Israel com renovada clareza. Em suas orações e escritos, intercedia explicitamente pelo povo judeu, reconhecendo que sua vocação carmelita não a separava de sua origem, mas a vinculava de forma ainda mais profunda.

Essa solidariedade espiritual encontrou sua prova derradeira em 1942, quando os bispos holandeses publicaram uma carta pastoral condenando a perseguição nazista contra os judeus. Como represália, as forças de ocupação alemãs prenderam todos os judeus convertidos ao cristianismo. Edith e sua irmã Rosa foram detidas em 2 de agosto e deportadas para Auschwitz, onde morreram na câmara de gás em 9 de agosto de 1942.

Em poucos momentos, as duas irmãs, Teresa Benedita da Cruz (Edith Stein) e Rosa, estavam prontas. Despediram-se das monjas e de mãos dadas encaminharam-se para a morte. Rosa sentiu medo, e irmã Teresa Benedita da Cruz encontrou força para dizer: Vem, ofereçamo-nos pelo nosso povo. Foram palavras impregnadas de solidariedade e de amor (Sciadini, 1999, p. 36).

O martírio de Stein corporifica, de forma trágica e profética, aquilo que a *Nostra Aetate* proclamaria vinte anos depois. Ao condenar o antissemitismo e reconhecer que a Igreja não apoia o ódio e a perseguição, nem o antissemitismo em qualquer tempo (NA, n. 4), o Concílio Vaticano II oferece uma resposta magisterial ao sofrimento histórico do povo judeu. Stein, por sua vez, encarna esse sofrimento em sua própria carne: como judia e como cristã, sua morte é denúncia silenciosa e inapelável contra o ódio antijudaico.

Assim, sua vida e sua morte tornam concreta a exigência do nunca mais que ecoa na *Nostra Aetate*. Ao morrer junto de seu povo, Stein testemunha que a pertença a Israel não foi apagada pelo batismo, mas radicalizada pela cruz. Sua figura é, portanto, não apenas memória, mas ícone vivo de uma consciência eclesial que, no Concílio, se transformaria em doutrina universal.

Essa dimensão é decisiva para compreender a atualidade de Stein como chave interpretativa da *Nostra Aetate*. Sua mística da cruz mostra que a resposta cristã ao sofrimento do povo judeu não pode ser teórica ou diplomática: deve ser solidariedade real, disposição de carregar junto, reconhecimento de uma dívida histórica e espiritual que não pode ser esquecida.

É nesse ponto que podemos propor a categoria de identidade de aliança como modelo interpretativo de sua vida e obra. Em Stein, ser judia e ser cristã não constituem polos excludentes, mas dimensões que se interpenetram. Sua pertença a Israel permanece como memória viva, gratidão e responsabilidade, enquanto sua adesão à fé católica é entendida como plenitude da resposta ao chamado divino. Não se trata de sincretismo, mas de continuidade na diferença, onde uma identidade não cancela a outra.

Essa síntese vital encontra eco direto na *Nostra Aetate*. Ao declarar que a Igreja, novo Povo de Deus, está espiritualmente unida à descendência de Abraão (NA, n. 4), o Concílio afirma uma continuidade que não elimina a especificidade de Israel, mas a honra como raiz. Stein corporifica essa continuidade de modo existencial: sua vida testemunha que a adesão ao Cristo não exige rejeição da casa paterna, mas fidelidade ampliada, dolorosa e amorosa.

Além disso, sua obra sugere caminhos para o diálogo judaico-cristão contemporâneo. A noção de empatia, tão central em sua filosofia, pode ser lida como método espiritual e cultural para a relação entre as tradições: não compreender o outro como objeto, mas reconhecer nele um sujeito que interpela e transforma. Da mesma forma, sua ênfase na cruz como solidariedade convida os cristãos a se colocarem ao lado do sofrimento histórico do povo judeu, não como espectadores, mas como irmãos responsáveis.

Portanto, a contribuição de Edith Stein ultrapassa os limites de uma biografia devocional. Sua trajetória oferece um paradigma hermenêutico que ilumina a recepção da *Nostra Aetate* e inspira práticas de encontro: memória fiel das origens, repúdio a qualquer forma de antissemitismo e compromisso ativo com a reconciliação.

Edith Stein como testemunha profética da *Nostra Aetate*

A promulgação da *Nostra Aetate* marcou um momento decisivo na história da eclesiologia contemporânea, ao redefinir a relação da Igreja com o povo judeu e com outras tradições religiosas. O documento estabelece que a Igreja, novo Povo de Deus, está espiritualmente unida à descendência de Abraão e que não pode esquecer que recebeu a revelação do Antigo Testamento por meio daquele povo com quem Deus, por sua inefável misericórdia, se dignou celebrar a Antiga Aliança (NA, n. 4). Além disso, o Concílio afirma de modo categórico que a Igreja não aprova o ódio e antissemitismo e nenhum tipo de manifestação nesse sentido (NA, n. 4) e convoca todos os cristãos a cultivar o diálogo, a amizade e a cooperação com os seguidores de outras religiões (NA, n. 5). Esses três pontos: a continuidade espiritual com Israel, o repúdio ao antissemitismo e a abertura ao diálogo constituem o núcleo hermenêutico do documento conciliar.

É nesse contexto que a vida e a obra de Edith Stein se apresentam como um paradigma vivo da *Nostra Aetate*. Filha de Israel e cristã por escolha, Stein encarnou, de forma existencial, o princípio da continuidade espiritual com Israel. Sua adesão ao catolicismo não significou ruptura com suas origens judaicas, mas uma integração que reconhecia o valor e a dignidade de sua tradição ancestral. Como observa a *Nostra Aetate*, a Igreja não pode esquecer que recebeu a revelação do Antigo Testamento por meio daquele povo (NA, n. 4). Edith Stein, ao longo de sua trajetória, manteve viva a memória da Aliança, mostrando que a conversão não implica negação das raízes, mas fidelidade acrescida à vocação divina, unificando em sua pessoa identidade judaica e cristã.

O segundo ponto central da *Nostra Aetate*, o repúdio ao antissemitismo, encontra em Stein um testemunho vivo e dramático. Ao ingressar no Carmelo de Colônia e, posteriormente, em Echt, a religiosa permaneceu consciente de sua herança judaica, rezando em solidariedade com seu povo, enquanto o regime nazista impunha perseguição sistemática. A declaração conciliar afirma que a Igreja deplora os ódios, perseguições e manifestações de antissemitismo de qualquer tempo e de qualquer pessoa (NA, n. 4).

A dimensão eclesiológica da *Nostra Aetate* também se reflete no modo como Stein lidou com as relações familiares, especialmente com sua mãe. O documento conciliar enfatiza que a Igreja deve viver sua fé sem gerar desprezo ou hostilidade para com Israel (NA, n. 4). Edith Stein, mesmo diante da dor causada pela incompreensão de sua mãe em relação à conversão, manteve o vínculo filial, respeitando e amando suas origens judaicas.

O terceiro eixo da declaração conciliar, a abertura ao diálogo inter-religioso, também encontra ressonância na experiência de Stein. A *Nostra Aetate* convoca a Igreja a reconhecer que a Igreja nada rejeita do que é verdadeiro e santo nas religiões (NA, n. 2) e a favorecer relações de compreensão mútua. A vida de Stein encarna esse princípio: sua fidelidade a Cristo não a afastou da memória de Israel; pelo contrário, a colocou em posição de diálogo silencioso e profético, assumindo a dor do outro como própria. A cruz, para ela, não é apenas sofrimento individual, mas *locus* de solidariedade universal, transformando a compaixão em testemunho concreto, em consonância com a dimensão ética e espiritual da *Nostra Aetate*.

Em síntese, a correlação entre Edith Stein e a *Nostra Aetate* se estabelece em três planos. Primeiramente, a continuidade espiritual com Israel, expressa tanto na teologia conciliar quanto na vida de Stein, mostra que a fé cristã não substitui, mas integra e honra a primeira aliança. Em segundo lugar, o repúdio ao antissemitismo não permanece teórico: a existência e o martírio de Stein encarnam o chamado do Concílio a condenar todas as formas de ódio, traduzindo-o em experiência concreta de solidariedade e justiça. Por fim, a abertura ao diálogo e à reconciliação, promovida pelo documento, encontra em Stein um modelo de convivência entre fé e memória histórica, entre identidade cristã e respeito às raízes judaicas.

Portanto, Edith Stein não é apenas um exemplo biográfico; ela é uma chave interpretativa e testemunhal da *Nostra Aetate*. Sua vida demonstra que a conversão, longe de ser um ato de negação, pode ser compreensão ampliada e fidelidade histórica; que a rejeição do antissemitismo deve ser vivida, não apenas proclamada; e que o diálogo inter-religioso é chamado à prática, enraizado na memória, na responsabilidade e na caridade. Stein encarna,

assim, a hermenêutica existencial do n. 4 da *Nostra Aetate*: a fé cristã não se constrói à custa da negação da história de Israel, mas na continuidade, respeito e reconciliação com ela.

Considerações finais

A vida e a obra de Edith Stein revelam-se como um comentário existencial ao núcleo da *Nostra Aetate*. Enquanto o Concílio Vaticano II redefiniu a relação da Igreja com o povo judeu, reconhecendo o vínculo espiritual com Israel e repudiando todo antissemitismo, Stein já havia encarnado esse duplo movimento em sua própria existência. Judia por nascimento e católica por adesão livre, sua identidade jamais foi construída em termos de ruptura ou substituição, mas de integração e fidelidade.

Sua pertença a Israel não foi abandonada, mas assumida como dívida de gratidão e responsabilidade. Esse traço ecoa diretamente na afirmação conciliar de que a Igreja não pode esquecer que recebeu a revelação do Antigo Testamento por meio daquele povo. No Carmelo, Stein rezou e sofreu em solidariedade explícita com os judeus perseguidos, mostrando que a memória de Israel não pode ser apagada na experiência cristã, mas precisa ser continuamente honrada.

Da mesma forma, sua morte em Auschwitz, ao lado de sua irmã Rosa e de milhares de judeus, corporifica o imperativo moral da *Nostra Aetate*: a rejeição radical de todo antissemitismo. Se o Concílio afirmou teoricamente que a Igreja deplora o ódio, as perseguições e todas as manifestações de antissemitismo, Stein ofereceu um testemunho concreto desse “nunca mais”, vivendo-o até o martírio.

Por fim, sua relação amorosa, embora dolorosa, com sua mãe e com sua família judaica traduz biograficamente o estilo de diálogo pedido pelo Concílio. Stein manteve fidelidade à verdade da fé que abraçou, mas sem violência simbólica contra sua origem, preservando o vínculo de amor e respeito. Essa atitude torna-se chave espiritual para compreender a gramática da reconciliação: fidelidade à própria identidade, abertura ao outro, compromisso com a comunhão.

Assim, Edith Stein pode ser lida como uma testemunha profética da *Nostra Aetate*. Sua vida antecipa e confirma, em carne e espírito, aquilo que o Concílio proclamou: a continuidade com Israel como raiz, o repúdio incondicional ao antissemitismo e o chamado permanente ao diálogo e à reconciliação. Por isso, sua figura permanece atual não apenas como mártir da fé e da caridade, mas como intérprete viva de um dos gestos mais significativos do magistério contemporâneo: a conversão da Igreja a uma relação justa, amorosa e responsável com o povo da primeira aliança.

Referências

ALES BELLO, Angela. *Edith Stein: A Paixão pela Verdade*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2018.

BENTO XVI. *Verbum Domini*. Exortação Apostólica Pós-Sinodal, 2010.

FELDMANN, Christian. *Edith Stein judia, atea e monja*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

GARCIA, Jacinta T; SCIADINI, Patrício. *Edith Stein holocausto para seu povo*. São Paulo: Loyola, 1987.

O'MALLEY, John W. *O Concílio Vaticano II: o que aconteceu realmente*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

SCIADINI, Frei Patrício. *Edith Stein*. São Paulo: Loyola, 1999.

VATICANO II. *Declaração Nostra Aetate*. In: Documentos do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2000.

Trabalho submetido em 30/09/2025.
Aceito em 27/01/2026.

Rafael Henrique da Costa

Doutorando e Mestre em Teologia pela PUCPR, Especialista em Espiritualidade e Acompanhamento Espiritual pela UNISAL. Membro do Centro de Investigações em Edith Stein (PUCRS). Membro do Grupo de Pesquisa Teologia, Educação e Direitos Humanos (PUCRS) e do Grupo de Pesquisa Introdução ao pensamento de Edith Stein (UNITALO). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9772-572X>. E-mail: pe.rafael.mps1@gmail.com